SINDIPETRO-RS
Filiado a FUP CUT
PAPO DIRETO
Informativo Semanal do Sindipetro-RS - Ano III - Nº 120 - 23 a 27/02/2016

CA DA PETROBRÁS:
ELEIÇÃO VAI ATÉ DOMINGO, DIA 28

PARTICIPE E ELEJA QUEM DE FATO REPRESENTA OS TRABALHADORES, A DEMOCRACIA E OS INTERESSES DA CATEGORIA

Os trabalhadores da Petrobrás terão até o próximo domingo, dia 28 de fevereiro para votar e escolher o seu representante no Conselho de Administração (CA) da Petrobrás. O SINDIPETRO-RS reitera a importância de elegermos para o CA os companheiros Deyvid Bacelar (1010) e Arthur Bob Ragusa.

A cadeira para um representante da categoria no CA foi uma importante conquista dos trabalhadores, garantida através de lei aprovada em 2010. Neste momento, em que tantas ameaças rondam a Petrobrás e os petroleiros, inclusive em relação aos empregos, e as regras do pré-sal, este espaço se torna ainda mais importante de ser ocupado por alguém que defenda os mesmos interesses dos trabalhadores e do povo brasileiro.

Não podemos permitir que estejam no CA apenas membros que defendam os interesses dos gestores da empresa e dos entreguistas. Este momento é de defendermos em todos os espaços possíveis, quer no Congresso, quer no CA, quer nas ruas. Portanto, o nosso representante deve ser alguém engajado nas lutas que temos desenvolvido, que atue no Congresso junto a parlamentares que estejam ao lados dos trabalhadores e que se comprometam com as nossas causas. Precisamos de alguém que não compactue e que denuncie ideias e propostas neoliberais, que atendem apenas aos interesses do mercado e das corporações multinacionais.

REFLETIR E ESCOLHER

Cada petroleiro e petroleira têm que refletir muito bem e analisar com cuidado as posições dos candidatos. Quem nos representará tem que defender as nossas posições, construídas a partir do pleno exercício democrático, possibilitando a manifestação de cada trabalhador. Não pode ser alguém que defenda o conservadorismo, o preconceito, a discriminação e, principalmente, com o foco voltado apenas para o lucro dos acionistas, sem entender o papel fundamental que a Petrobrás tem no desenvolvimento nacional.

Mulheres 1010

O Coletivo de Mulheres da FUP, reunido dia 17 de fevereiro, debateu, entre outros temas, a eleição para o CA. As petroleiras avaliaram que a partir do direito das pessoas de exercerem suas individualidades, com igualdade de direitos e oportunidades, independente da sua raça, origem étnica, religião, gênero, orientação sexual ou concepção política, o candidato que as representa é Davyd Bacelar (1010).

Em nota, as trabalhadoras afirmaram que "este coletivo não se sente representado por páginas como: "Orgulho em ser de Direita", "Conservadorismo no Brasil", "Mulheres Brasileiras contra o Islamismo", "Marcos Feliciano", "Bolsonaro Opressor 2.0", "Orgulho de ser Hétero" ou "Orgulho de ser Reaça", encontrados facilmente de forma escancarada no Facebook da candidata ao C.A. "Betania R Cout".

Com isso, defendem a eleição em Deyvid Bacelar e Bob Ragusa.

PLANTÃO DO IMPOSTO DE RENDA

Em março inicia o plantão com o contador Ivan para confecção do Imposto de Renda Pessoa Física 2016 aos petroleiros que buscarem o serviço. Os plantões acontecerão conforme agenda que estamos divulgando na sede, em Porto Alegre, e nas Delegacias de Canoas e do Litoral Norte. O custo é de R$ 90,00 e, os casos especiais, serão tratados individualmente, podendo ter valor diferenciado. Os trabalhadores devem apresentar todos os documentos e comprovantes necessários a declaração.

Veja os dias e horário de atendimento, organize seus documentos e não deixe para a última hora.

PORTO ALEGRE		
Março	Tarde 14h às 15h	1 - 7 - 8 - 14 - 15- 21 - 22- 28 – 29
	Manhã 09h30 às 10h30	2 - 9 - 16 - 23 - 30
Abril	Tarde 14h às 15h	4 - 5 - 11 - 12 - 18 - 19 - 25 – 26
	Manhã 09h30 às 10h30	6 - 13 - 20 – 28
LITORAL NORTE/OSÓRIO		
Março	Tarde 14h às 15h	23
Abril	Tarde 14h às 15h	13 e 27
CANOAS		
Março	Tarde 14h às 15h	10 - 17 - 24 - 31
Abril	Tarde 14h às 15h	7 - 14 - 28

REUNIÃO DAS COMISSÕES DO ACT

O SINDIPETRO-RS participou, dia 18 de fevereiro, da reunião das Comissões do ACT (Acompanhamento de Acordo, Regime e AMS). As Comissões foram constituídas durante as negociações do Acordo Coletivo 2015/2017.

Entre os assuntos que foram no encontro estiveram NR-20 e dimensionamento do efetivo nas unidades; valores e percentuais de horas extras e pagamento de extra turnos, alimentação saudável; acidente com e sem afastamento (Emissão de CAT), acesso à documentação nas apurações dos acidentes; acidentes fatais ocorridos no Sistema Petrobrás (Cidade de São Mateus, Repar, REDUC, TAVIT, TABR).

PAUTA PELO BRASIL

O SINDIPETRO-RS está participando das reuniões do GT que foi conquistado com a Pauta pelo Brasil. Nos encontros, até o momento, estão sendo levantados os problemas e as condições da empresa para, nos próximos, serem apresentadas propostas com foco na preservação dos ativos da Petrobrás, dos postos de trabalho e para que a empresa recupere seu papel de indutora do desenvolvimento nacional.

Nesta edição do PAPO DIRETO, está encartado um material com as propostas debatidas nas reuniões.

No material, os trabalhadores apontam a situação da empresa antes e depois de 2003 e questionam se a empresa deseja continuar a crescer ou sucumbir à crise.

Entre os itens destacados estão:

- quando a Petrobrás investe, o desenvolvimento acontece;
- a crise do petróleo é mundial e não só da Petrobrás;
- ser uma empresa integrada é um ponto a favor da Petrobrás, já que minimiza os efeitos da crise;
- dificuldades estão sendo enfrentadas pela Petrobrás e por empresas privadas, não tendo a ver com a influência do Estado na sua gestão;
- a dívida da Petrobrás está mais ligada a fatores externos do que internos;
- cada 1 bilhão de reais que a Petrobrás investe, o PIB pode crescer R$ 800 milhões; há mais arrecadação de impostos; o país pode gerar 20 mil empregos.

ATENDIMENTO JURÍDICO NO SINDICATO

TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO

Atendimento do Escritório Direito Social - Dr. Abrão - atende todas às quintas-feiras, na sede em POA, das 15h30 às 18h. **O plantão em Canoas será dia 29 de fevereiro**.

CÍVEL E TRIBUTÁRIO

Atendimento do Escritório Costa e Advogados Associados - Dr. Lúcio Costa - atende às sextas-feiras, das 14h às 16h, também na sede do Sindicato. **O plantão em Canoas será dia 25 de fevereiro**.

TERCEIRIZAÇÕES

O PLC 30/2015, que permite a terceirização da atividade fim das empresas, foi aprovado na Câmara dos Deputados no ano passado. Criticado pelas centrais sindicais, a pauta voltou a ser debatida no Senado. O projeto está em debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e passará por audiência pública em seis estados. A proposta reduz direitos e salários e precariza as condições de trabalho. Muitos casos de trabalhos análogos ao escravo estão ligados à terceirização. O trabalhador terceirizado passa a ser enquadrado em outra categoria profissional, tem dificuldades de se sindicalizar e usufruir de direitos conquistados pela classe. **Esta é mais uma importante luta da agenda dos trabalhadores este ano.**

SINDIPETRO-RS PARTICIPA DE DEBATE, EM PORTO ALEGRE, SOBRE O PLS-555

O SINDIPETRO-RS participou, dia 17 de fevereiro, no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e região, do painel **"PLS-555: uma ameaça ao patrimônio público e às conquistas dos trabalhadores"**. O encontro discutiu as consequências do PLS-555 para a sociedade e para os trabalhadores que serão afetados diretamente pelo projeto, caso dos bancários da Caixa e BB e também os trabalhadores da Petrobrás e outras estatais.

Além do SINDIPETRO-RS participaram da mesa a coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas e representante dos empregados no Conselho de Administração da Caixa, Rita Serrano; o assessor jurídico da entidade, Milton Resende e os representantes da Fetrafi-RS, Juberlei Bacelo, e Sindicato dos Bancários, Gilmar Aguirre.

AMEAÇA AO PATRIMÔNIO PÚBLICO

O seminário foi mais uma das inúmeras iniciativas que vêm sendo promovidas por representantes de categorias de trabalhadores que serão atingidas pelo PLS-555, cujo caráter é absolutamente privatista e representa uma ameaça ao patrimônio público do povo brasileiro.

Uma ameaça que atinge todos os níveis da administração pública. Por isso, entidades representativas, trabalhadores e sociedade retomaram as mobilizações para pressionar parlamentares a não aprovarem a proposta, que ameaça Caixa, BNDES, Petrobrás, Correios, Eletrobrás e muitas outras empresas públicas federais, estaduais e municipais, dos mais diversos setores.

RISCOS DO PLS 555

O PLS-555 (também conhecido como Estatuto das Estatais), determina que as empresas públicas sejam constituídas sob a forma de S.A. (Sociedade Anônima), permitindo a participação do capital privado. A proposta foi apresentada como parte da Agenda Brasil proposta pelo Senado. É um substitutivo ao PL 167/2015, do senador Tasso Jereissati (PSDB), e uma referência ao PLS 343/2015, do senador Aécio Neves (PSDB).

PROJETOS ENTREGUISTAS

Apresentados pelos tucanos do PSDB, os projetos PLS-555, do senador Tarso Jereissati, que prevê a transformação de todas as estatais brasileiras em sociedades anônimas com ações ordinárias a serem disponibilizadas nas bolsas de valores, associado ao PLS-131/2015, do senador José Serra, que retira da Petrobrás a prerrogativa de ser a operadora única do pré-sal, abrindo às demais multinacionais a oportunidade de explorar o tesouro brasileiro, promovem a entrega do patrimônio e a riqueza dos brasileiros as multinacionais.

Ambos os PLS's fazem parte da Agenda Brasil, o conjunto de propostas apresentadas por Renan Calheiros no ano passado e tramitaram em caráter de urgência, comprometendo o debate público necessário.

O PLS-555 estava pronto para ser votado em apenas três meses, em regime de urgência, e estava previsto para entrar em votação no dia 16 último, mas em cima da hora o presidente Renan Calheiros o excluiu da ordem do dia. A aprovação do PLS inviabilizará uma série de políticas públicas consideradas essenciais para o desenvolvimento do país.

Pelo projeto de Jereissati, todas as estatais brasileiras terão que disponibilizar pelo menos 25% de suas ações ao mercado. No âmbito federal, isso significa abrir ao capital privado 131 estatais com capital 100% público e de vital importância para o desenvolvimento do país. O PLS também visa aprofundar a privatização das nove estatais federais brasileiras que já disponibilizam ações em bolsas: Petrobrás, BB, BB Seguridade, Basa, Bndespar, Eletrobrás, Eletropar, BNB e Telebrás. Além disso retira dos trabalhadores, sindicalistas, o direito de ocupar cadeiras nos conselhos de administração destas empresas, uma conquista recente dos trabalhadores.

O PLS-131 também foi construído a toque de caixa, mas perdeu o caráter de urgência devido a mobilização dos trabalhadores e movimentos sociais, incluindo a forte participação e intensas mobilizações dos petroleiros.

Recentemente, a Shell anunciou sua disposição de explorar o tesouro brasileiro, caso o regime de partilha seja alterado, fazendo coro com a imprensa, que vem há meses fazendo campanha aberta pela abertura da exploração do pré-sal às multinacionais.

Os trabalhadores continuarão sua luta em defesa da Petrobrás e das demais estatais e não permitirão que os entreguistas acabem com as riquezas e as possibilidades de milhões de brasileiros terem mais educação, mais saúde, mais segurança, mais empregos e uma vida melhor e mais digna.

ENQUANTO ISSO NO RS...

...COM DISCURSO DA CRISE, GOVERNO SARTORI FALA EM DEMITIR SERVIDORES!

Foto: Sul21/Manifestação de agosto de 2015

Petroleiros apoiam luta dos servidores do RS

O governador Sartori, em mais um passo, no seu projeto neoliberal que vem causando um dos maiores desmontes da segurança, saúde e educação para os gaúchos, agora incluiu mais uma "ideia" para economizar: em nota, admitiu a "possibilidade" de exonerar funcionários públicos, para ajustar as contas e se adequar a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Imediatamente as lideranças sindicais dos servidores estaduais se manifestaram, denunciando o governo do Estado por continuar fazendo clima de terrorismo e penalizando os servidores, colocando a população contra os servidores para aprovar, na ALRS, seus projetos de desmonte do Estado, conceder rodovias à iniciativa privada e privatizar as demais empresas públicas. Sartori quer se livrar dos serviços públicos que são obrigação do Estado e para isso ataca os servidores.

Os sindicalistas afirmaram que, antes de pensar nessa alternativa, deveria primeiro exonerar contratados para cargos de confiança (CCs), que o governo usa como "moeda de troca" para aprovar seus projetos (só um deputado tem mais de 400 CCs dentro do governo) e ter uma atitude concreta em relação aos altos salários do Estado, que ultrapassam em muito o teto constitucional e também cobrar os sonegadores que devem bilhões.

MOVIMENTO UNIFICADO

O Movimento Unificado dos Servidores, criado em 2015 para fazer frente aos ataques de Sartori e que reúne dezenas de entidades representantes do funcionalismo, de diferentes áreas, indicaram uma série de ações que o governo poderia tomar para equilibrar as contas públicas, que passam por trazer novos investimentos para o Estado, renegociar a dívida pública, cobrar sonegadores, entre outras, e não apenas penalizar os servidores, retirando direitos, parcelando e atrasando salários e ameaçando com demissões.

O SINDIPETRO-RS reitera seu apoio à luta dos servidores públicos do RS e continuará participando de todas as manifestações que tenham como objetivo buscar a valorização dos servidores e a prestação de serviços públicos de qualidade para a população.

LICENÇA-PATERNIDADE DE 20 DIAS

O Senado aprovou, dia 3 de fevereiro, o projeto de lei que aumenta a licença-paternidade de cinco para 20 dias. A medida, que agora aguarda sanção presidencial, é opcional, mas especialistas avaliam que a medida tem o mesmo mérito da ampliação da licença-maternidade de quatro para seis meses, em vigor desde 2010 para o setor privado. O aumento da licença-paternidade ficará imposto apenas às empresas que aderirem ao Programa Empresa-Cidadã.

A medida vem ao encontro da luta das centrais sindicais que desde 2015 iniciaram uma campanha para que o governo ratifique a Convenção 156 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), referente à igualdade de oportunidade e tratamento aos trabalhadores com responsabilidade familiar.

O projeto cria o marco legal da primeira infância, que estabelece uma série de obrigações com as crianças entre zero e seis anos. Entre as principais mudanças estão, ainda, dois novos tipos de licença, por até dois dias para acompanhar consultas médicas e exames complementares durante o período da gravidez da companheira e um dia por ano para acompanhar o filho de até seis anos em consulta médica.

SINDIPETRO-RS
Filiado à FUP e CUT

Informativo Semanal do SINDIPETRO-RS

Diretoria Resp.: Alexandre, Alfredo, Cadore, Dary, Elida, Hélio, Deporte, Jader, João Aloisio, Lautert, Lameira, Maia, Marco, Marquetti, Mirian, Neide, Nilson, Orlando, Patrick, Paulo, Quadrado, Russo, Sobral, Terterola e Toni - **Jornalista Resp.:** Nara Roxo - MTb 4436

Sede: Rua Gen. Lima e Silva, 818, Cidade Baixa, Porto Alegre, RS - Fone(51) 3226.2799
Del. de Canoas: Av. Vítor Barreto, 3288, fone(51) 3472.4622 - **Delegado:** Lisboa
Del. do Litoral Norte: Rua Deolindo Maggi, 52, fone(51) 3663.2763 - **Delegado:** Anélio

Contato: secretaria@sindipetro-rs.org.br
Denúncia: denuncia@sindipetro-rs.org.br

PRIVATIZAR FAZ MAL AO BRASIL